



Encontro histórico na Capital debate a drogadição e o tráfico

Reunir em um evento de caráter eminentemente técnico mais de mil pessoas não é tarefa fácil. Pois o I Congresso Internacional Crack e outras Drogas, promovido em julho pela Associação do Ministério Público do RS em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, trouxe à Capital profissionais de dezenas de áreas, oriundos de todo o Brasil e convidados especiais do Exterior.

O resultado não poderia ser outro. Em três dias, os debates sobre as diferentes experiências e formas de abordagem do problema permearam os painéis, conferências e oficinas no campus Central da universidade.



Esse valioso intercâmbio de conhecimento deverá deixar um legado para o país. Ainda neste ano, um documento no qual estarão reunidas as proposições avaliadas e aprovadas durante o encontro será encaminhado aos governos municipais, estaduais e nacional.

O objetivo é apresentar alternativas

viáveis e eficientes para nortear as ações do poder público no sentido de frear a escalada do tráfico e do consumo de drogas. A expectativa é de reduzir também o impacto de toda a cadeia criminosa que gira em torno desse meio.

Algumas das mais importantes proposições surgidas no congresso sugerem a definição de novas diretrizes para uma política de enfrentamento às drogas; a capacitação e orientação para profissionais e comunidades; a integração e o planejamento sistêmico; e a formação de banco de dados para monitorar e orientar as políticas. Saiba mais sobre o evento nesta edição especial.

O Congresso e o Ministério Público

Relembrar o sucesso na realização do Congresso Internacional Crack e outras Drogas é uma satisfação imensa. Pela organização, escolha dos convidados do Brasil e do Exterior e adesão maciça de participantes de todo o país. Não há dúvida de que a credibilidade do Ministério Público perante a sociedade, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como a força da RBS como empresa de comunicação, contribuíram

enormemente para o êxito deste encontro. Porém, a urgência do tema é ainda mais mobilizadora. E foi por tudo isso que profissionais qualificados e dispostos a abrir espaço em suas rotinas de trabalho reuniram-se em Porto Alegre para refletir sobre os diversos temas propostos

durante o congresso. Foram três dias de debates que ultrapassaram o eixo central do evento, invadindo as múltiplas áreas do desenvolvimento humano e social.

Importante dizer aos membros do Ministério Público que mais uma vez percebemos de forma clara o quanto é grande nossa responsabilidade. Pois não foram raros os momentos em que o promotor de Justiça foi apontado pelos debatedores como aquele capaz de unir os diferentes atores do sistema e atuar como fomentador de políticas públicas essenciais. Esta confiança na Instituição vem de longe e encon-



tra eco no comprometimento de muitos colegas com suas comunidades. Promotores de Justiça que participam ativamente dos problemas e desafios enfrentados em suas comarcas. É nas Promotorias de Justiça que a população ainda busca abrigo, proteção e respostas quando as políticas públicas falham.

O Congresso Internacional Crack e outras Drogas foi uma amostra do que precisa ser

executado. Uma amostra do que a união de esforços entre a academia, os poderes constituídos e a comunidade organizada pode realizar. Uma prova da força e da importância da Associação do Ministério Público e de todos os seus integrantes. E, diante desse exemplo, não pode-

mos nos furtar de atuar com ainda mais afinco na promoção de ações em prol de uma sociedade mais justa.

Nesta publicação especial, procuramos fazer uma síntese do que de mais importante surgiu no congresso. Mas você ainda poderá consultar na internet mais informações sobre o evento e suas conclusões. Para isso, acesse o site www.conicrack.com.br.

Boa leitura a todos!

Marcelo Lemos Dornelles
Presidente AMP/RS

A Verdade sobre o Crack



Nos dias 7, 8 e 9 de julho, reuniram-se em Porto Alegre cerca de 1,2 mil pessoas de cinco países, nove Estados e cento e quarenta

municípios do Brasil, para debater, trocar experiências e entabular encaminhamentos para o enfrentamento do crack e de outras drogas.

O I Congresso Internacional Crack e Outras Drogas, promovido pela AMPRS e UFRGS, com apoio do Grupo RBS, reuniu em Porto Alegre especialistas das áreas jurídica, social, pedagógica, de saúde e líderes comunitários, com trabalhos reconhecidos internacionalmente, em três conferências, três painéis e dezesseis oficinas que abordaram a prevenção ao uso de drogas, o tratamento de usuários e dependentes e a redução da oferta.

Dos trabalhos, de alto nível teórico e prático, citam-se alguns para a construção que ora se faz. Flávio Pechansky, psiquiatra da UFRGS, compilou estudos mundiais que, embora não reflitam um perfil preciso do usuário de crack, indicam serem os homens jovens e pobres mais vulneráveis ao uso da droga. Fernando Rossetti, sociólogo e jornalista do Canal Futura, apontou os equívocos das campanhas da mídia, dado a necessidade de se adequarem as grades de programação ao que impacta o público. Eduardo Kalina, psicanalista argentino, relatou os inconvenientes de se tratar o dependente apenas com abordagens cognitivas, filosóficas ou religiosas, dadas as alterações cerebrais produzidas pela droga, que o impedem de abstrair.

Solange Nappo, contou os insucessos de determinadas iniciativas da estratégia conhecida por “Redução de Danos”, como, por exemplo, a troca dos cachimbos de lata por cachimbos de outros materiais, porque estes não mantinham resíduos que potenciali-

zavam o uso da droga como aqueles. Ricardo Sánchez Huesca, psicólogo mexicano, revelou estudos profundos que concluíram que a falta de amor e afeto é determinante para o uso de drogas na juventude. Rúben Darío Ramírez, da Colômbia, descreveu como as comunidades se articulam para aceitar ou repelir o tráfico de drogas. Lênio Streck, procurador de Justiça, revelou como a cultura do descumprimento da lei, por determinados segmentos, desautoriza o Estado como promotor de segurança social.

Do visto, conclui-se que ninguém tem a fórmula para a solução do problema. Todas as abordagens têm muito de acerto, mas lá seus equívocos. O tema envolve economia, educação, saúde, direito, e só com a articulação de todos terá um encaminhamento adequado. As proposições das oficinas nos indicarão o caminho.

Mauro Souza

Vice-presidente da AMP/RS

Música adolescente e esperança no futuro



Projetado para promover o debate técnico e apontar alternativas capazes de oferecer um futuro melhor para as comunidades do Rio Grande do Sul e de todo o Brasil, o congresso foi marcado em sua abertura por uma apresentação emocionante daqueles que serão os protagonistas do futuro. Quarenta jovens músicos da Orquestra Villa-Lobos empolgaram o público que lotou o Salão de Atos da UFRGS, regidos pela coordenadora do projeto, Cecília Rheingantz Silveira.

O trabalho que encantou o público é desenvolvido há 18 anos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa-Lobos, do bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, com cerca de 500 crianças e adolescentes em situação de risco social. Mais do que intérpretes da boa música, eles representam o contraponto a uma tendência, transformando as próprias perspectivas e projetando uma realidade mais promissora.

Debates no congresso apontam caminhos para enfrentar as drogas

“Um debate social que se impõe” foi o tema do I Congresso Internacional Crack e Outras Drogas. As conferências, os painéis, as oficinas e os *cases* expuseram durante o encontro o pensamento preponderante sobre o tema, que derivou em 201 proposições dos participantes. Num primeiro olhar sobre o resultado produzido, encontramos 131 proposições, representando 65% do total. Estas distinguem quatro necessidades importantes no contexto atual de nosso país no que se refere ao enfrentamento do problema. São elas a definição de novas diretrizes para uma política de enfrentamento às drogas; a capacitação e orientação para profissionais e comunidades; a integração e o planejamento sistêmico; e a formação de banco de dados para monitorar e orientar as políticas.

O documento final, com a sistematização de todo o processo de discussão dos participantes do evento e suas sugestões, será encaminhado às autoridades competentes em solenidade que ocorrerá em Brasília, no lançamento



Oficinas temáticas foram momentos para aprofundar discussões

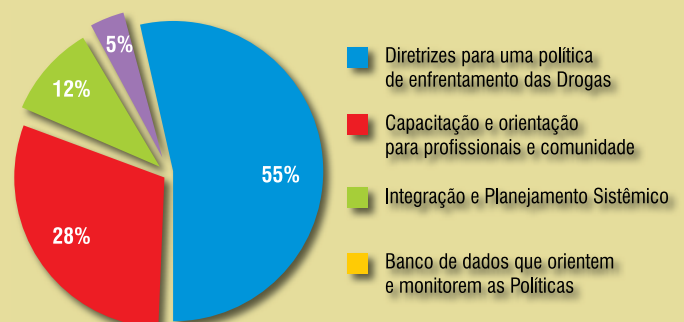
nacional da campanha Crack – Ignorar é o seu vício?, da AMP/RS. O material também deverá ser publicado em setembro no site da AMP/RS na internet

(www.amprs.org.br). Acompanhe aqui um resumo dos principais assuntos abordados nos painéis, conferências e oficinas de trabalho do congresso.

Diretrizes para uma política de enfrentamento às drogas

A necessidade de correção ou de novas diretrizes para uma política de enfrentamento às drogas foi apontada em 87,5% das oficinas do encontro. Na oficina que tratou sobre a prevenção ao uso de drogas no contexto escolar, o educador paulista Marcelo Sodelli dedicou parte do tempo de sua apresentação para uma ampla reflexão sobre diretrizes para uma política de prevenção na escola. Destaque para uma proposta que sugere “*integração e interação permanentes entre responsabilidades políticas e as atribuições institucionais, assegurando as condições e recursos necessários à continuidade das ações*”. Na avaliação do grupo que discutiu o tema, a descontinuidade das políticas e ações públicas é um fator que, historicamente, causa prejuízos ao enfrentamento de problemas sociais.

Proposições aprovadas no I Congresso Internacional Crack e outras Drogas



Capacitação e Orientação

Em 63% dos grupos de discussão houve reconhecimento da grande necessidade de treinamento e capacitação para enfrentamento do problema. A qualificação do atendimento aos usuários nos municípios, por exemplo, é um dos itens que constam no relatório da oficina de Justiça e Legislação, sob a seguinte redação: *“Os municípios, independente do tamanho, deverão ter equipes especializadas para enfrentamento da dependência química”*. A mesma demanda foi apontada pelos participantes da oficina Redes de Atenção, que fez parte do eixo de tratamento. Em um dos itens, foi proposta a implantação de *“educação permanente em saúde inserida nos matriciamentos para serviços de emergência e urgência e para todas as equipes que trabalham com dependentes químicos e aumento dos profissionais de saúde integrada com pesquisas sobre a composição das drogas apreendidas (DENARC) para viabilizar o cuidado adequado no momento da urgência/emergência”*.

Integração e Planejamento Sistêmico

Em 47 % das oficinas foi destaca a necessidade de um olhar integrado e sistêmico sobre o abuso de drogas, conceito que engloba fundamentos e ferramentas importantes de gestão. No grupo que abordou as dificuldades na redução da oferta, uma das proposições exemplifica bem este conceito: *“Mapear e integrar as necessidades, possibilidades e atividades (incluindo capacitação em elaboração de projetos) exigidas para atuar com efetividade na prevenção, no tratamento e na redução da oferta de crack e outras drogas, montando um banco de dados”*.

Bancos de dados que orientem e monitorem as políticas

Em 33 % das oficinas foi registrada a necessidade de informações fidedignas que orientem e monitorem as políticas visando o aperfeiçoamento do processo e para que se tomem decisões baseados em dados. Nesse sentido, a oficina Aspectos Gerais da Redução da Oferta enfatiza necessidade de um *“levantamento mensal das famílias acompanhadas de usuários de crack com acompanhamento do grau de dependência, violência, desemprego...”*.

Congresso coroou a campanha “Crack – Ignorar é seu vício?”



Quando concebemos o congresso, queríamos dar um pequeno passo no sentido de provocar a troca de experiências sobre o grave problema do crack. Mas o esforço de nossos colegas de diretoria, nossa gerência executiva e nossa assessoria de comunicação conduziram a modesta idéia inicial a uma das maiores mobili-

zações acerca do uso e do tráfico de drogas já ocorrida em nível mundial, graças ao engajamento de nossos colegas da Capital e do Interior, bem como o apoio da UFRGS e do Grupo RBS.

O formato de oficinas propositivas abriu espaço à participação efetiva de todos os seguimentos envolvidos com o problema nos três eixos do congresso: prevenção, tratamento e repressão (redução de oferta). Assim, sob a luz de conferencistas, painelistas e expositores do Brasil e do exterior, foram extraídas inúmeras conclusões práticas, as quais serão encaminhadas às autoridades e órgãos correspondentes.

Merecem especial agradecimento os colegas do Ministério Público que, de forma incansável e abnegada, atuaram como painelistas, expositores e coordenadores das oficinas, os quais possibilitaram a realização de um evento fértil de idéias, propostas e iniciativas. Sobretudo, além do reconhecimento declarado de renomadas autoridades no assunto, vindas de várias partes do Brasil e do Exterior, o I Congresso Internacional do Crack e Outras Drogas, tal como concebido e organizado pela AMP/RS, reafirmou publicamente nossa capacidade de exercer a vanguarda de importantes mobilizações da vida nacional.

David Medina da Silva
Diretor Cultural da AMP/RS

Conclusões e gravações on-line



Um espaço especial no site da AMP/RS irá disponibilizar a partir de setembro as palestras e conferências do I Congresso Internacional Crack e outras Drogas. Também estarão disponíveis no ambiente, áudios das exposições feitas nas oficinas temáticas e as conclusões do evento, aprovadas em formato de proposições. O endereço para consultas é www.amprs.org.br/conicrack

Discursos apontam necessidade de atenção simultânea aos três eixos do congresso

Os discursos se confundem ao abordar temas como prevenção e repressão às drogas. E diante dessa realidade, fortalece-se a compreensão de que os dois conceitos precisam, de fato, caminhar lado a lado. Durante o Congresso Internacional Crack e outras Drogas, realizado de 7 a 9 de julho, no Salão de Atos da UFRGS, não foi diferente. Painelistas e expositores que participaram das oficinas de trabalho fizeram abordagens convergentes, consolidando a ideia.

O primeiro sinal surgiu na manifestação do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, logo na abertura do evento. Ao analisar o drama social que se instalou no país a partir do crescimento dos casos de usuários e do tráfico, Mendes fez uma advertência. “Não se cogite de novas leis, mais ou menos brandas. Não se cobre das instituições todas as respostas, que não será na Justiça que conseguiremos a vitória pretendida. Cada um e todos nós precisamos participar desse combate. Na família, na escola, em todos os lugares. Temos que romper alguns modelos

e mudar a cultura que tem amortecido a sociedade muitas vezes”, disse.



A posição ganhou eco em diversas falas até o último dia do encontro. No painel que tratou da redução de oferta, o delegado regional de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Alexandre Isbarrola, evocou a participação da Polícia, da família, da escola e dos governos para que os resultados sejam mais efetivos. Acompanhado do superintendente regional da PF, delegado Ildo Gasparetto, o policial apresentou o resumo de uma série de ações que

culminaram com a apreensão de drogas nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no Exterior, por conta de trabalhos de inteligência da PF. Mostrou que a ins-

tituição tem aberto frentes de interlocução com as polícias de outros países para intensificar o combate ao narcotráfico e reforçou a necessidade de apanhar não apenas a droga e seu transportador, mas também desmanchar a organização criminosa e capturar os líderes das quadrilhas. Mas admitiu: “A repressão,

somente, não é capaz de erradicar o consumo dessas substâncias”.

Para o procurador de Justiça e membro do Conselho Nacional do Ministério Público Cláudio Barros Silva, um dos principais méritos do congresso foi aproximar o Ministério Público da sociedade e da comunidade científica, para discutir o tema da drogadição. “Esta atitude inovadora da Associação do Ministério Público retrata a preocupação dos membros da Instituição com as questões que afetam a sociedade”.

Barros acredita que a questão da redução dos danos é importante, mas deve andar ao lado de políticas públicas de Estado para reduzir a oferta. Segundo ele, o Ministério Público vive o dilema do excesso de atribuições burocráticas e puramente processuais. “Os problemas ocorrem fora dos gabinetes. O processo formal reflete fatos que já ocorreram e causaram danos à sociedade e aos indivíduos. O tempo do Ministério Público, sem descurar de suas funções de extrema importância, como a atuação criminal, deve ser anterior ao fato, agindo na prevenção, também, sendo parceiro social e indutor de políticas sociais”, conclui.



A repressão em debate

A preocupação com as transformações provocadas nas comunidades por conta da introdução das drogas nesses meios já virou rotina em milhares de cidades pelo Rio Grande do Sul, pelo Brasil e em muitos outros países. Para enfrentar problemas como esse, diferentes iniciativas surgem a todo instante, procurando interromper o ciclo de comercialização, consumo e nova demanda por drogas. Muitos desses casos foram relatados no congresso, nas cinco oficinas da área de redução da oferta, assim como nos painéis e conferências.

Em cada caso, a realidade local é levada em conta, adequando as peculiaridades e necessidades. E a interdisciplinaridade, acredita a promotora Ivana Battaglin, de São Gabriel, é premissa fundamental para o sucesso na repressão ao tráfico. “Para que essa redução possa ser efetiva, é importante o trabalho em rede, com ações integradas entre Ministério Público, Brigada Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar e outros, cada um desempenhando seu papel no combate ao tráfico, mas com ações articuladas para o mesmo fim, de modo que alcancem mais facilmente o objetivo comum. Nesse contexto, é imperiosa a troca de informações relevantes entre os órgãos”.

Ivana conduz as ações da campanha São Gabriel contra o Crime, lançada no ano passado, como desdobramento da campanha Crack - Ignorar é o seu vício?, da AMP/RS. O modelo, observa a promotora, promove na comunidade uma sensação de maior segurança, e apoio às ações, inclusive com a delação dos traficantes. Entre os criminosos, um sentimento de insegurança. “É a prevenção geral,

preconizada pela lei, finalmente funcionando. Cria-se um círculo virtuoso, porque as ações integradas ganham o apoio da comunidade, que passa a procurar o Ministério Público e a polícia para delatar, com detalhes, como ocorre o tráfico na cidade, o que possibilita a prisão de mais traficantes, e com isso maior apoio dos cidadãos”, conclui.

A importância da abordagem técnica

Articulador do projeto Pai? Presente!, em parceria com a ONG Brasil Sem Grades, o promotor de Justiça Charles Emil Machado, de São Sebastião do Caí, entende que a drogadição é um dos temas mais polêmicos da contemporaneidade, que tende a ser abordado de forma predominantemente emocional. “É imperativo que haja um distanciamento científico, preferencialmente acoplado a uma visão sistêmica e multidisciplinar, na medida em que, para além do Direito, o assunto confronta aspectos éticos, culturais, sanitários, políticos, econômicos e outros”, observa.

Diante dessa situação, apresenta-se de forma ainda mais evidente a importância da atuação dos membros do Ministério Público em relação ao tema. “Devemos voltar o olhar e os esforços para a prevenção ao uso do crack, estimulando ações articuladas nas nossas comunidades, procurando mobilizar, informar e criar projetos permanentes que visem diminuir a incidência e as consequências do uso dessa droga”, completa Charles.

Procurador evoca os rigores da lei

Aplaudido repetidamente durante sua manifestação no congresso, o procurador de Justiça Lênio Streck usou de ironias mescladas com muito requinte para criticar os modelos de gestão que se sucedem no país, principalmente em relação à aplicação adequada e equânime das leis. Streck sublinhou por diversas vezes a desigualdade de tratamento na análise de casos envolvendo suspeitos de diferentes classes sociais ou econômicas. “A lei é como a serpente: só pica os descalços”, salientou.

O procurador também assinalou a omissão do Estado, no que se refere à adoção de medidas sérias de enfrentamento à criminalidade. Para ele, essa postura é o canal de entrada das drogas nas sociedades. “Não podemos pensar em reduzir a oferta de drogas criando mecanismos na lei que diminuam a pena para esse tipo de crime, ainda que o réu seja primário. Não é feito usar o Direito Penal”.

De acordo com Streck, é preciso impor ao criminoso o risco efetivo do cumprimento de penas severas, com todo tipo de restrição a regalias. “O preso precisa ter algo a perder. Estamos no limiar entre a civilização e a barbárie”, finalizou.

As diferentes formas de olhar o usuário



Há uma mudança evidente no perfil da ação do MP que nem todos compreendem, avalia Diefenbach.

Participar das discussões que envolvem diferentes teorias acerca do tratamento com dependentes químicos é muito importante para os operadores do Direito. O promotor Sérgio Diefenbach, que coordena um comitê de combate à drogadição em Lajeado, acredita que

existe complementaridade nas formas de se olhar o usuário. Segundo ele, em muitos casos, os danos causados ao cérebro impedem o dependente de decidir sobre sua própria vida, necessitando de intervenção médica mais efetiva. Mas o tratamento não pode se esgotar nesses procedimentos clínicos, havendo necessidade de uma abordagem global do indivíduo, aí considerado o seu contexto familiar, social e econômico. “O certo é que a lei, por sua vez, quando preconiza o tratamento ao dependente químico, não desce aos detalhes desse tratamento, permitindo que a literatura e a experiência médica indiquem qual o melhor caminho em cada

situação”. Na opinião do promotor, porém, a mera prisão do usuário passa longe dessas diferentes possibilidades de tratamento visando recuperação.

Além de participar como coordenador de oficina e assistir as atividades do I Congresso Internacional Crack e outras Drogas, Diefenbach mobilizou a comunidade de seu município para o evento. “Pela importância e qualidade do encontro, fizemos questão de envolver profissionais da área da saúde, educação e imprensa da nossa cidade, pois há bastante tempo atuamos de forma integrada em Lajeado”, conta. Ele acredita que o envolvimento de promotores e procuradores de Justiça em eventos como o promovido pela AMP/RS é uma demonstração de compreensão da função do Ministério Público hoje. “Há uma mudança evidente no perfil da ação do MP que nem todos compreendem. Não podemos mais agir isoladamente por área de atuação e o enfrentamento às drogas é um exemplo claro disso”, avalia.

A importância de integrar áreas e abordagens

A promotora Simone Spadari, de Santa Cruz do Sul, participou ativamente do congresso. Para ela, o contato com diferentes áreas profissionais é importante para o exercício da função do promotor de Justiça. “É preciso considerar a interdisciplinaridade do sistema. Não se podem contornar problemas complexos com uma única área do saber”. Ao retornar a Santa Cruz ela utilizou alguns dados obtidos no evento para formular propostas de ações públicas de atenção à saúde mental de crianças e adolescentes.

Com muitos convidados da área da saúde, os painéis, conferências e oficinas do encontro abordaram o tratamento para usuários de drogas, em especial o crack, foram concorridos. Segundo os especialistas,



Promotora irá aproveitar informações do evento em projeto desenvolvido para crianças e adolescentes

ainda são recentes os estudos que envolvem o tratamento com usuários da droga, e há poucas evidências científicas sobre o tema na literatura mundial. “Os tratamentos psicossociais ainda são os mais indicados, especialmente os que incluem incentivos motivacionais e

gerenciamento de casos através de equipes multidisciplinares bem treinadas”, explica o pesquisador do Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Felix Kessler. Ainda foram tema dos debates as perspectivas do uso de “vacinas” para a cocaína e o uso de psicofármacos, que poderão diminuir a fissura desencadeada pelo crack e serão adjuvantes valiosos no trabalho com os usuários.

Debruçados sobre os avanços na medicina para tratamento, os especialistas não deixaram de falar em prevenção. “Em vários momentos foi salientada a importância de um programa de reinserção social, familiar, e laborativa para essa população, sem a qual a recuperação é quase inviável”, relata o psiquiatra.

“Ainda há muito que fazer”

A avaliação é da procuradora de Justiça Maria Regina Fay de Azambuja em entrevista após o I Congresso Internacional Crack e outras Drogas



Ex-coordenadora do Centro de Apoio das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público, Maria Regina acredita que o Ministério Público tem papel funda-

mental no enfrentamento do crack e outras drogas que vitimizam crianças e jovens no Brasil. Confira a seguir a sua avaliação sobre o evento e a respeito do papel dos promotores e procuradores de Justiça na qualificação da rede de atendimento à criança e o adolescente.

SÚMULA - Qual a sua avaliação sobre I Congresso Internacional Crack e outras Drogas?

MARIA REGINA FAY - O evento, promovido pela AMP/RS, demonstrou o quanto os profissionais de diversas áreas do conhecimento têm interesse e necessidade de melhor conhecer o universo das drogas e suas consequências, em especial o crack, sob o enfoque interdisciplinar. Expôs também a relevância de ações voltadas à comunidade nesta área, pela procura manifestada e presença de autoridades no assunto. É preciso que se registre aqui, o esforço e dedicação da equipe de colegas de nossa associação de classe que permitiu a mais de mil profissionais que trabalham em escolas e instituições de saúde participarem, ao lado de integrantes do MP, deste momento de reflexão, debate e aprendizagem a respeito de um dos maiores flagelos de nossa juventude.

SÚMULA - O encontro reuniu profissionais de diferentes áreas, não apenas operadores do Direito. Qual a sua opinião sobre a promoção de encontros com este perfil pela AMP/RS?

FAY - Não podemos desconhecer que a interdisciplinaridade faz-se necessária se queremos efetivamente enfrentar o problema da droga. Portanto, as iniciativas nos moldes deste evento, enfrentando este e outros temas do interesse da sociedade, certamente contribuirão para o fortalecimento de nossa Instituição.

SÚMULA - Como o Ministério Público pode contribuir na prevenção ao uso de drogas e na qualificação na rede de tratamento?

FAY - O Ministério Público tem um papel fundamental no enfrentamento do crack e outras drogas que vitimizam a infância e a adolescência brasileira. Trabalhar com a prevenção, como foi bem posto pelo Dr. Eduardo Kalina, ainda é a alternativa mais barata e segura e o MP não pode se furtar desta atribuição, promovendo e incentivando ações voltadas a garantia de direitos da criança. Percebe-se pouco envolvimento institucional junto às comunidades, em especial, as mais carentes, onde deveríamos estar permanentemente presentes. Paralelamente, embora o Ministério Público, através de valorosas ações de muitos colegas, tem buscado sanar as inúmeras falhas da rede de atendimento, muito há a ser feito junto aos gestores, a fim de que priorizem a garantia do direito fundamental à saúde dos usuários de droga e de seus familiares.



Confira mais informações sobre os temas abordados pelos palestrantes em notícias publicadas no site www.conicrack.com.br

Uma experiência de 40 anos no México

Centenas de vivências e conhecimentos foram compartilhados em Porto Alegre durante os três dias do congresso. Relatos de estudos desenvolvidos em diferentes áreas, no Brasil e no Exterior, ajudaram a identificar práticas que vêm sendo adotadas para fazer frente ao avanço das drogas junto às comunidades.

Nas oficinas apareceram questões com a cara das tantas realidades. As respostas vieram de profissionais de diversos setores. Juntos, eles construíram um mosaico de alternativas que podem representar a perspectiva de um novo futuro em relação às ações de prevenção e tratamento ao consumo, assim como a repressão ao tráfico.

Uma das experiências mais empolgantes foi apresentada pelo psicólogo mexicano



Ricardo Sánchez Huesca, diretor de Pesquisa e Treinamento do Centro de Integração Infantil daquele país. A instituição, criada em 1969, a partir da mobilização da sociedade, ajuda a cuidar de milhares de drogaditos.

A seriedade da iniciativa despertou o espírito solidário de famílias com posses, que passaram a fazer doações importantes para a construção da estrutura destinada a atender

os pacientes. E o governo se mobilizou. Embora o acolhimento nas unidades tenha custado ao paciente, o valor é simbólico, ou de acordo com a capacidade de cada um.

A diferença, explica Huesca, é subsidiada. *“Oferecemos a eles um clima informal e familiar, que dê segurança, tranquilidade e sensação real de acolhimento”*, justificou, na oficina sobre Políticas Públicas de Enfrentamento às Drogas no Brasil e no México.

Na oficina, o deputado federal Carlos Eduardo Vieira da Cunha abordou as diferentes formas de lidar com as drogas ao redor do mundo. Lembrou que o assunto vem recebendo releituras e adequações. Enquanto alguns países discutem a descriminalização do consumo, outros, até hoje mais liberais, começaram a restringir o espaço para usuários.

Bogotá reverteu situação de crise



Deixar de lado uma postura passiva e partir para a ação fez toda a diferença para mudar a triste realidade da população de Bogotá, na Colômbia, nos últimos anos. Estigmatizada pelas drogas, pelo tráfico e pela alta criminalidade que acompanham essa circunstância, a cidade passou a adotar outra atitude, rechaçando a presença das drogas em seu seio, e reconquistou o direito a uma vida mais digna.

O relato é do diretor do Centro de Estudo e Análise em Convivência e Segurança Cidadã da Colômbia, Rúben Darío Ramírez. Durante o congresso, ele mostrou uma série de ações que ajudaram a reverter a situação e

até a imagem da capital de seu país. Com as ações, o tráfico perdeu espaço, as comunidades ganharam mais autonomia, a cidade deu novo fôlego à educação e à cultura. E até o número de homicídios diminuiu drasticamente.

Conforme o pesquisador, uma das circunstâncias mais importantes desse processo partiu da própria sociedade, que começou a denunciar os locais onde ocorria o tráfico, quem eram os criminosos e como agiam. Entre os locais preferidos estavam as proximidades das escolas, o que colocava em risco as crianças. Com base nessas informações, a polícia passou a atuar de forma mais intensa na repressão nessas áreas, afugentando os traficantes.

Até mesmo a rotina nas bibliotecas e outros espaços culturais se transformou. Esses locais passaram a estender seus horários de funcionamento, tornando-se alternativas de lazer para a comunidade local. *“Precisávamos reverter uma situação que era muito negativa. Internacionalmente, Bogotá era vista como um centro de produção e tráfico de drogas. Mas os países que nos acusam pouco fazem para reprimir a entrada dessas substâncias em seus territórios. É preciso agir”*, relatou Ramírez.



Evento ganhou a mídia no Brasil e no Exterior

As atividades se concentraram em três dias. Mas antes e após o encerramento do congresso, muitos veículos de comunicação propagaram a mensagem principal do encontro: a importância de encarar de frente o problema das drogas, como uma questão do Poder Público e da comunidade. Em 15 dias foram registradas pela Assessoria de Comunicação da AMP/RS, mais de 110 inserções sobre o evento em rádios, TVs, jornais e sites de internet. *“Temos um serviço de clipping que capta todas as notícias que envolvem a Associação, porém como a cobertura do evento foi internacional e bastante intensa, certamente o número de veiculações foi ainda maior do que o contabilizado pelo nosso sistema de controle”*, explica a coordenadora de Comunicação da AMP/RS, Cristina Oliveira.

Dezenas de matérias foram publicadas nos jornais gaúchos, tanto da Capital quanto no Interior. Periódicos de outras unidades da Federação, até mesmo na distante Alagoas, repercutiram o evento, abastecidos pela Agência Estado. A relevância do tema e a qualificação dos participantes atraiu inclusive a mídia de língua espanhola. A Agência Radioweb, com mais 1,8 mil emissoras afiliadas por todo o Brasil e outras 200 no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina, também cobriu o evento. O repórter equatoriano Andrés Lasso foi destacado para acompanhar os painéis e conferências, produzindo matérias que foram veiculadas nos países do Mercosul.



O psiquiatra argentino Eduardo Kalina foi um dos mais procurados pela imprensa

América e Europa via internet

O congresso e a AMP foram longe no período de 18 de junho a 18 de julho. Nesse intervalo, o site da Associação na internet recebeu visitas do México, Estados Unidos, Argentina, Canadá, França e Colômbia. É o peso de um tema global abordado de forma séria e profissional. Afinal, pelo complexo da UFRGS passaram educadores, jornalistas, agentes da área da segurança, da saúde, dos meios jurídico e político, entre tantos outros interessados em apreender conhecimento de qualidade para aplicar nos diferentes ambientes e circunstâncias em que estão inseridos.

É preciso investir em nossos jovens



A Universidade é uma instância de crescimento e de futuro, oferece inúmeros percursos formativos, descortina horizontes e aponta caminhos ao contribuir para a discussão e a definição de políticas públicas sobre alguns dos desafios do processo civilizatório. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição

academicamente qualificada e de reconhecida excelência, assume sua missão de mobilizar a sociedade para refletir sobre temas atuais e complexos, bem como para encaminhar ações concretas para sua elaboração.

Resultado de parceria estabelecida entre a Associação do Ministério Público e a UFRGS, com apoio da RBS, o I Congresso Internacional sobre Crack e Outras Drogas reuniu mais de mil pessoas para discutir sobre estratégias de prevenção, tratamento e redução desta verdadeira epidemia que vem destruindo milhares de jovens, suas famílias e afetando toda a sociedade.

Ao trabalhar esta parceria, a Universidade integrou ações empreendidas pelo ensino, pesquisa e extensão, bem como os avanços científicos e tecnológicos, para atender a um anseio da comunidade que tem dificuldade em abordar e atuar sobre um problema que impõe ações mais efetivas que orientem e resgatem, ao invés de apenas punir.

Com o Salão de Atos lotado nos três dias do congresso, foi possível verificar o olhar cuidadoso dos participantes, atentos à qualidade dos conferencistas. As experiências trazidas do México, da Argentina, da Colômbia, bem como de outros estados do país, do Ministério da Justiça e dos profissionais dedicados ao problema, apontam para o fato de que a inclusão só será realidade quando ações conjuntas com vistas à prevenção, ao tratamento e a redução de danos forem implementadas. É preciso investir em nossos jovens, no acolhimento, na escuta, na palavra esclarecedora e no permanente incentivo aos hábitos saudáveis de socialização.

É dever do Estado definir políticas públicas de esclarecimento que apontem para alternativas de saída da dependência química, como também de criação de programas sociais e culturais que possibilitem oportunidades de desenvolvimento e de esperança num futuro mais digno e mais humano para a juventude.

Ao definir novas ações e parcerias avançamos positivamente para mudar a realidade, e com firme determinação haveremos de oferecer novos caminhos.

Carlos Alexandre Netto
Reitor da UFRGS

Integração e trabalho

O presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, fez a abertura do congresso internacional, que mobilizou uma multidão na capital gaúcha

